

© 2002, NEL - Núcleo de Epistemologia e Lógica, UFSC.

ISBN: 85-87253-07-7

UFSC, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, NEL.

Cx. Postal 476, 88010-970

Florianópolis, SC

(048) 331.8803, fax: 331.9751

nel@cfh.ufsc.br

<http://www.cfh.ufsc.br/~nel>

Editoração Eletrônica: NEL - Núcleo de Epistemologia e Lógica

Impressão e Acabamento: Imprensa Universitária, UFSC

Ficha Catalográfica

(Catalogação na fonte pela Biblioteca Universitária da
Universidade Federal de Santa Catarina)

S612a **Simpósio Internacional Principia (2:2001: Florianópolis
SC) – Anais do II Simpósio Internacional Principia /
orgs. Alberto Oscar Cupani, César Augusto Mortari. –
Florianópolis : UFSC-NEL, 2002.
334 p.**

**Tema: Linguagem e Filosofia
Inclui bibliografia.**

**1. Lógica. 2. Linguagem. 3. Filosofia. 4. Teoria do
Conhecimento. I. Cupani, Alberto Oscar. II Mortari,
César Augusto. III. Título.**

CDU: 1

Reservados todos os direitos de reprodução total ou parcial
por NEL - Núcleo de Epistemologia e Lógica, UFSC

Impresso no Brasil

coleção
RUMOS DA EPISTEMOLOGIA

Editor: Luiz Henrique de Araújo Dutra

Conselho Editorial: Alberto Oscar Cupani,
Cezar Augusto Mortari,
Gustavo Andrés Caponi,
José André Angotti,
Luiz Henrique de Araújo Dutra,
Marco Antônio Frangiotti,
Sara Albieri.



Núcleo de Epistemologia e Lógica
Universidade Federal de Santa Catarina

Criado em 1996, o NEL tem por objetivo integrar grupos de pesquisa nos campos da lógica, teoria do conhecimento, filosofia da ciência, história da ciência, e áreas afins, na própria UFSC e de outras universidades. Um primeiro resultado expressivo de sua atuação é a revista *Principia*, publicada desde 1997, que possui corpo editorial internacional. *Principia* aceita artigos inéditos, além de resenhas e notas, sobre temas de epistemologia e filosofia da ciência, em português, espanhol, francês e inglês. A coleção Rumos da Epistemologia aceita monografias ou coletâneas, textos inéditos ou traduções de textos consagrados.

Apresentação

Os textos reunidos neste volume foram apresentados no Segundo Simpósio Internacional *Principia*, promovido pelo NEL - Núcleo de Epistemologia e Lógica, da UFSC, de 6 a 10 de agosto de 2001, em Florianópolis, em homenagem ao filósofo Bertrand Russell. O encontro contou com o apoio financeiro do CNPq, da CAPES e da FAPESP, assim como da própria UFSC, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, do Programa de Pós-Graduação em Filosofia e do Departamento de Filosofia.

Como já aconteceu por ocasião do I Simpósio (1999), os trabalhos apresentados são representativos de diversas áreas da pesquisa filosófica. Os textos selecionados para este volume foram agrupados em quatro seções: (1) lógica, (2) filosofia da linguagem, (3) filosofia do conhecimento, e (4) filosofia moral e ética.

Outros trabalhos apresentados no simpósio ajustavam-se mais ao perfil de *Principia*, e foram publicados no volume 5 (duplo) da revista, correspondente a junho e dezembro de 2001.

Os organizadores do simpósio e desta coletânea agradecem imensamente a todos os autores e às entidades acima mencionadas pelo apoio que receberam. Por fim, esperam que este volume exprima adequadamente os ideais que orientam a realização dos simpósios de *Principia*, principalmente o de estimular as propostas e trocas fecundas de idéias filosóficas.

Alberto Oscar Cupani
Cezar Augusto Mortari

Sumário

Seção 1 – Lógica	9
Carlos Luciano Manholi <i>É possível construir uma Semântica Formal Universal?</i>	11
Décio Krause <i>Lógica Sortal e Física Quântica</i>	23
Jaqueline Engelmann <i>Intuição e Lógica na Controvérsia entre Poincaré e Russell</i>	43
Paulo A. S. Veloso <i>Issues in Reasoning with ‘Generally’ and ‘Rarely’</i>	51
Seção 2 – Filosofia da Linguagem	73
Celso Braidá <i>Funções Semânticas e Complexidade da Proposição</i>	75
Marcos José Müller <i>Expressão Fenomenológica e Ontologia</i>	98
Sofia Inês Albornoz Stein <i>Identidade em Contextos Modais</i>	107
Seção 3 – Filosofia do Conhecimento	123
Alberto Cupani <i>Acerca da Natureza do Experimento Científico</i>	125
Danilo Marcondes <i>O Problema do Erro no Surgimento da Filosofia Moderna: Entre o “Abuso das Palavras” e o “Vêu das Idéias”</i>	146

Eros Moreira de Carvalho	
<i>Em Defesa da Percepção de Objetos Reais</i>	163
Gelson Liston	
<i>Falseacionismo Metodológico e Pragmática Lingüística</i>	181
Gigi Anne Horbatiuk Sedor	
<i>Davidson, Rorty e a Questão da Verdade</i>	191
Gustavo Caponi	
<i>Sobreviniencia de Propiedades e Identificación Funcional de Entidades en Biología</i>	202
Luiz Antonio Alves Eva	
<i>Montaigne, Ceticismo e Costume</i>	213
Luiz Henrique de Araújo Dutra	
<i>Mental Events and Properties</i>	233
Ronie Aleksandro Teles da Silveira	
<i>Reminiscência e Sonho em Aristóteles</i>	245
Seção 4 – Filosofia Moral e Ética	257
Darlei Dall’Agnol	
<i>Russell’s moral epistemology: from cognitivism to noncognitivism?</i>	259
Delamar José Volpato Dutra	
<i>Legalidade e Estado de Direito em Weber e Kelsen</i>	275
Luiz Paulo Rouanet	
<i>A Idéia de Razão Pública em Rawls</i>	283
Maria Cecília Maringoni de Carvalho	
<i>O Utilitarismo e os direitos morais</i>	297
Maria Borges	
<i>O Modelo das Emoções em Kant</i>	313
Nelson Gonçalves Gomes	
<i>Axiomas Éticos</i>	324

EM DEFESA DA PERCEPÇÃO DE OBJETOS REAIS

EROS MOREIRA DE CARVALHO

Universidade Federal de Minas Gerais

Ao longo dos dois últimos milênios, muitos filósofos arrolaram as mais diferentes razões e argumentos para suspeitarmos da percepção como fonte de crenças verdadeiras da realidade. Não é a minha intenção fazer aqui um resumo de todas esses argumentos, mas tão somente explorar apenas um deles. Vou explorar o argumento que tenta mostrar que nenhuma das nossas crenças baseadas na percepção diz algo de verdadeiro sobre a realidade simplesmente porque elas não dizem respeito à realidade. Este argumento baseia-se numa teoria causal da percepção. Muitos filósofos argumentam que o fato de haver uma distância causal entre a atuação de um objeto sobre os nossos sentidos e a percepção que temos e o fato de que uma “mesma” percepção possa ser produzida por causas diversas implicam que o objeto da percepção não pode ser o objeto que atua sobre os nossos sentidos, mas sim algo cuja natureza está intimamente relacionada à natureza dos processos fisiológicos do cérebro. Do que decorre haver uma cisão radical entre os objetos percebidos e os objetos do mundo. Se isto for verdade, então, de fato, temos como consequência a incapacidade da percepção em nos dar acesso ao real. As nossas crenças formadas com base na percepção versam sobre o mundo percebido e não sobre o mundo real, e, por esta razão, ela não é uma fonte de conhecimento da realidade (ou, pelo menos, uma fonte de conhecimento direto da realidade). Conclusão: não há nada que dizermos com base na percepção que seja uma verdade sobre a realidade. Eu vou, no entanto, argumentar que esta cisão não pode ser coerentemente extraída a partir destes fatos e que só podemos dizer que temos conhecimento destes fatos se a percepção puder lidar diretamente com objetos reais. Vejamos, então, como os filósofos da teoria causal tentam

separar o mundo real do mundo percebido e como eu penso que eles se equivocam nesta empresa.

Uma teoria causal da percepção é uma teoria que visa explicar os fenômenos perceptivos por meio de processos físicos e causais. A idéia de que uma explicação da percepção tem de envolver processos físicos e causais advém da simples constatação do quanto a ocorrência dos fenômenos perceptivos dependem causalmente da ocorrência de certos processos físicos e fisiológicos. Eu não poderia, por exemplo, ver o meu computador se ele não estive refletindo luzes e se estas luzes não alcançassem a minha retina. E mais: depois que estas luzes atuam sobre a minha retina, vários processos fisiológicos em meu cérebro têm de ocorrer para que eu possa ver o computador. Se, por exemplo, um gênio maligno extirpasse o meu córtex visual, eu nada mais enxergaria, ainda que minha retina estivesse em perfeito estado e que luzes estivessem chegando até ela. Deste modo, podemos, com completa segurança, dizer que os fenômenos perceptivos não podem ocorrer sem que ocorra também uma grande gama de processos físicos e fisiológicos. Dito isto, parece mais do que razoável pensar que qualquer teoria da percepção tem de lidar com estes fatos, tem de levá-los em consideração.

Dada esta dependência dos fenômenos perceptivos à ocorrência de certos processos físicos e fisiológicos, alguns filósofos e mesmo cientistas avançam a idéia de que uma explicação dos fenômenos perceptivos se dará, no futuro, em termos puramente físicos e fisiológicos. O que isto quer dizer? No modelo de explicação dedutivo-nomológico formulado por Hempel, quer dizer o seguinte: que chegará o dia em que teremos certas leis gerais da física e da fisiologia e postulados de identidade correlacionando fenômenos perceptivos com processos fisiológicos, de tal modo que, dado um fenômeno perceptivo qualquer, poderemos deduzir a sua ocorrência a partir destas leis mais a descrição de um certo estado inicial da nossa fisiologia. Isto é, dada uma determinada configuração do cérebro de um indivíduo *A* num determinado momento, poderemos, por estas leis gerais, deduzir as configurações subsequentes do cérebro de *A* e, com os postulados de identidade, deduzir os fenômenos perceptivos que estarão ocorrendo para o indivíduo *A*.

É importante observar duas coisas: primeiro, que esta teoria reduziva

da percepção não é exatamente a teoria causal da percepção que iremos discutir, embora, veremos mais adiante, estes filósofos se inspirem nesta teoria redutiva para defender a teoria causal. Segundo, que a ciência não nos fornece ainda nenhuma teoria deste tipo sobre a percepção. O que encontramos atualmente, seja na neurociência, seja na psicologia da percepção, é a constatação de que este ou aquele aspecto da percepção depende causalmente deste ou daquele processo neural. Sabemos, por exemplo, que uma área bem específica do cérebro, chamada pelos cientistas de V_4 , localizada no córtex visual secundário, é imprescindível para a percepção da cor [Sacks, 1995: pp. 44]. Se, por algum motivo, as células da minha V_4 forem danificadas, não perco a percepção das formas, nem do contraste e da intensidade da luz, mas perco a percepção das cores. Numa situação desta, eu veria o mundo em preto e branco. Contudo, e este é o ponto, não sem tem ainda idéia de como se faria correlações de identidade entre o que percebemos e os processos fisiológicos do nosso cérebro, nem mesmo para o caso das cores. Isto significa que por mais que se descubram mecanismos no cérebro imprescindíveis para este ou aquele aspecto da percepção, tais descobertas estão longe de significar uma redução dos fenômenos perceptivos aos processos fisiológicos. Há ainda a dificuldade de saber o que, do lado dos fenômenos perceptivos, vai ser correlacionando com os processos fisiológicos. O fato é que podemos descrever a nossa experiência perceptiva de diferentes maneiras. Às vezes, ao descrever o que percebemos, falamos de aparências, outras de parencças e outras ainda de objetos. Cada uma dessas descrições envolve um tipo de entidade diferente. Quando falamos de aparências, quantificamos sobre qualidades; quando falamos de parencças, quantificamos sobre relações de semelhança e quando, por fim, falamos de objetos, quantificamos sobre objetos. Temos então a questão de saber qual destes tipos de entidade será correlacionado com processos fisiológicos ou se serão todos eles. Isto, é claro, na suposição de que é mesmo possível haver alguma correlação de identidade entre algum destes tipos de entidade e processos fisiológicos. A este respeito, a ciência ainda nada nos diz. No presente estágio do nosso conhecimento, podemos dizer que nem mesmo sabemos se esta teoria reducionista da percepção é possível ou impossível.

Os filósofos, no entanto, avançam muitas idéias sobre a natureza da percepção. Tendo em mente todos esses fatos que arrolamos sobre a dependência dos fenômenos perceptivos à ocorrência de certos processos físicos e fisiológicos, alguns filósofos desenvolveram o que veio a ser chamado de 'teoria causal da percepção'. Vejamos como esta teoria se desenvolve. Em primeiro lugar, estes filósofos notam, como já o fizemos, que muitos processos causais — isto é, eventos causando outros, ou objetos atuando sobre outros — têm de ocorrer para termos uma percepção qualquer. Assim, é certo que, ao ter a percepção do meu computador, raios luminosos vindo do meu computador atuaram sobre a minha retina. Ou seja, de alguma maneira, o meu computador atuou causalmente sobre o meu aparato perceptivo. Até aí, tudo bem. Mas, em seguida, diante de todo este processo físico que há entre a percepção que eu tenho e o objeto que desencadeia este processo, estes filósofos introduzem, no plano cognitivo, um intermédio entre o ser que percebe e a realidade. Estes filósofos afirmam que aquilo que o sujeito percebe não é o objeto que causa a percepção. O raciocínio destes filósofos é o seguinte. Imagine uma série de eventos. O evento *A* causa *B*, que causa *C*, que causa *D*, que causa *P*. O evento *A* é objeto atuando sobre os meus sentidos. *P* é a percepção que eu tenho. Como não há nenhuma relação causal direta entre os eventos *A* e *P*, estes filósofos concluem que o objeto da minha percepção, o objeto que eu percebo, não pode ser o objeto que atua sobre os meus sentidos em *A*. A idéia por trás deste raciocínio é que o objeto da minha percepção não pode ser algo que esteja causalmente distante da percepção que tenho. O objeto da minha percepção tem de ser algo diverso, algo que se interpõe entre nós e a realidade, em analogia a todo o processo causal, a todo o meio físico, que há entre os eventos *A* e *P*. Muitos filósofos chamaram esta entidade intermediária entre nós e a realidade de 'dados dos sentidos'. Para estes filósofos, estes dados dos sentidos são as entidades que aparecem para nós na percepção. Mas nós já vimos que, na percepção, lidamos com diferentes tipos de entidades, como qualidades, objetos e mesmo relações de semelhança. A qual destas entidades corresponderiam os tais dados dos sentidos? Às qualidades. Para estes filósofos, os objetos e as relações de semelhança com as quais lidamos na percepção são construídas a partir

das qualidades. Chegamos até estas entidades por meio das qualidades. Assim, temos agora, de acordo com a teoria destes filósofos, que estas qualidades aparecem para nós como o resultado da atuação dos objetos reais sobre os nossos sentidos e do que daí decorre no nosso cérebro, e que elas não têm qualquer relação de identidade com estes objetos ou com as propriedades destes objetos. Começamos, então, a ver, na teoria da percepção destes filósofos, como o mundo percebido vai sendo separado do mundo real. O mundo percebido é constituído apenas por dados dos sentidos. Na percepção, não lidamos com nenhum objeto real. O mundo real, por sua vez, fica perdido para a percepção, relacionando-se com ela apenas causalmente.

Para chegar ao ceticismo com respeito à percepção por meio desta teoria causal da percepção, precisamos dar apenas mais um passo. Quando notamos que as qualidades e, por conseguinte, os objetos dos quais temos consciência na percepção não são os objetos reais e nem as qualidades reais que estes objetos possuem, começamos a questionar de que modo poderíamos obter conhecimento destes objetos reais por meio dos dados dos sentidos que percebemos. E a resposta assustadora parece ser que não podemos. Inicialmente poderíamos até pensar, como fez Locke, haver alguma relação de semelhança entre os dados dos sentidos que percebemos e os objetos cuja atuação sobre o nosso aparato cognitivo nos fez ter estes dados dos sentidos. Assim, algo muito parecido com o meu computador estaria atuando sobre o meu aparato perceptivo fazendo-me ter a percepção que tenho. Contudo, se olharmos bem para este modelo causal do funcionamento da percepção, nós veremos que não temos qualquer razão para pensar que este seja o caso, nem como nos certificarmos que seja este o caso. Se a única relação que temos com os objetos reais é a causal, então não há porque pensar que a atuação deste objeto sobre o nosso aparato perceptivo produzirá em nós a percepção de algo semelhante a ele. Não há nada na relação causal apenas que nos faça pensar que o efeito tem de ser semelhante à sua causa. Por outro lado, mesmo que houvesse essa semelhança — para não entrar na dificuldade de saber que tipo de semelhança é esta — não teríamos como nos certificar da sua existência. Como poderíamos saber que o objeto real é semelhante à percepção que ele deu origem, ao

atuar sobre o nosso aparato cognitivo, se não temos nenhum outro acesso a este objeto a não ser pelos dados dos sentidos que ele provoca em nós? Como podemos saber se a causa é semelhante ao efeito se só temos acesso ao efeito? Não há como. Se não temos como comparar um e outro, nós não temos como saber se são semelhantes ou não. Posta nestes termos, a teoria causal da percepção nos impossibilita de dizermos, com certeza, o que quer que seja sobre a realidade. Como não podemos saber se há alguma semelhança entre o mundo percebido e o mundo real, não podemos eliminar a possibilidade de que aquilo que causa as nossas percepções, o mundo real, não tenha qualquer semelhança com o que percebemos.

Estamos fadados, então, a este completo ceticismo? Eu penso que não. Creio haver boas razões para pensarmos que esta teoria causal da percepção não pode ser coerentemente extraída dos fatos que arrolamos a respeito da dependência da percepção à ocorrência de processos físicos. Creio que a teoria causal da percepção põe em cheque os próprios fatos que lhe dão sustentação, e que, por esta razão, há bons motivos para pensar que esta teoria está errada.

Retomemos a série de eventos em que *A* causa *B*, que causa *C*, que causa *D*, que causa *P*. Vimos que a razão para certos filósofos afirmarem que o objeto da percepção em *P* não ser o objeto que atua sobre os nossos sentidos em *A* é a distância causal que há entre os eventos *A* e *P*. Isto significa que uma das premissas do argumento destes filósofos é a afirmação da ocorrência da série de eventos de *A* até *P*, e que estes eventos estão causalmente relacionados. Mas como, devemos nos perguntar, sabemos que esta premissa é verdadeira? A resposta mais natural seria dizer: ora, simplesmente constatamos pela percepção que este é o caso. Nós simplesmente percebemos os objetos interagindo causalmente conosco, atuando sobre os nossos sentidos. Se eu foco uma lanterna nos olhos de um indivíduo, eu percebo que estou lançando raios luminosos nas retinas deste indivíduo, posso até ver um feixe de raio luminoso, caso o ambiente estivesse escuro, atingindo as suas retinas. Se alguém esbarra em mim, percebo a atuação desta pessoa sobre o meu corpo, sobre o meu tato. Vimos também que parte desta série de eventos que culmina com a percepção diz respeito a eventos que acontecem

no cérebro. E sabemos que estes eventos ocorrem e que eles estão relacionados causalmente da mesma maneira em que sabemos que certos objetos atuam sobre os nossos sentidos. Cientistas treinados observaram minuciosamente a fisiologia do nosso cérebro e notaram como as suas células estão relacionadas casualmente, como a atuação de um objeto sobre a retina faz desencadear todo um processo causal no interior do cérebro. Deste modo, devemos dizer que sabemos que a série de eventos de *A* até *P* ocorre por meio da própria percepção. Melhor, não sabemos apenas que a série de eventos de *A* até *P* ocorre pela percepção, mas também que os eventos da série estão relacionados causalmente. Sem saber ambas as coisas, os filósofos da teoria causal não poderiam falar em “distância causal” entre *A* e *P* para justificar a afirmação de que o objeto da percepção não pode ser o objeto que, em *A*, atua sobre os nossos sentidos. Não poderiam sequer falar que toda a série de *A* até *D* é causalmente responsável pela ocorrência do evento *P*, isto é, da percepção que temos. Por fim, sem saber que a série de eventos de *A* até *P* ocorre, e que estes eventos estão relacionados causalmente, não poderiam chegar à conclusão de que a aparição dos dados dos sentidos é causada pela atuação dos objetos reais sobre os nossos sentidos. O problema que temos agora é que tudo isso que falamos que os tais filósofos da teoria causal têm de saber, para sustentar a sua teoria causal, é posto em dúvida pela própria teoria que professam. Daí a sua incoerência. Se a teoria causal da percepção estiver correta, então ela põe em dúvida os próprios fatos que são aduzidos para a sua sustentação. Mas se estes fatos são postos em dúvida, então também não temos mais razões para sustentar tal teoria. Ela simplesmente perde a sua razão de ser.

Podemos ainda dizer, contra a teoria causal da percepção, mais duas coisas: primeiro, que a afirmação de que o objeto da percepção não é o objeto que atua sobre os nossos sentidos não se segue do fato de haver uma distância causal entre os eventos *A* e *P* e, segundo, que dada a ocorrência dos eventos de *A* até *P*, não há qualquer contradição em pensar que o objeto da percepção, o objeto que eu percebo em *P*, pode ser exatamente o mesmo objeto que, em *A*, atua sobre os meus sentidos, e que esta possibilidade, ao contrário da primeira, harmoniza-se perfeitamente com o fato de sabermos que a série de eventos entre *A* e *P* ocorre e

que estes eventos estão relacionados causalmente. Vejamos, então, uma coisa de cada vez.

Os filósofos da teoria causal afirmam que a partir do fato de os eventos *A* e *P* estarem distantes causalmente se segue que o objeto que atua sobre os sentidos em *A* não pode ser o objeto da percepção. Isto nos leva, então, a pensar, por contraposição, que, se não houvesse essa distância causal entre um evento e outro, então o objeto da percepção seria o objeto que causa a percepção. Mas será que faria alguma diferença? Será que faz alguma diferença o fato de haver ou não uma distância causal entre o evento de um objeto atuando sobre os nossos sentidos e o evento de termos uma percepção para pensarmos que o objeto da percepção é ou não o objeto que atuou sobre os nossos sentidos? Será que uma e outra coisa estão mesmo relacionadas desta maneira? Eu suspeito que não. Imaginemos que os processos fisiológicos do nosso cérebro fossem dispensáveis para a percepção, que bastasse os objetos atuarem sobre os nossos sentidos para termos as percepções que temos. Nesta situação hipotética, o evento *A* estaria causando o evento *P* diretamente, sem intermediários. Agora, eu pergunto, numa situação como esta, parece haver mais razão para pensar que o objeto da percepção é o objeto que atua sobre os nossos sentidos do que para pensar que não se tratam do mesmo objeto? Noutras palavras, o simples fato, por exemplo, do objeto *x* estar atuando sobre os meus sentidos e isto por si só, nesta situação hipotética, causar a minha percepção implica que a minha percepção tem de ser de *x*? Até aonde posso ver, a situação apenas não sugere ou não nos dá razões para dizer que a minha percepção tem de ser de *x*. Pode ser de uma outra coisa qualquer. Imaginemos algo um pouco diferente. Imaginemos que os cientistas descobrissem o último evento da série que culmina com a percepção. O último evento consiste numa descarga elétrica emitida por um certo neurônio, e o que isto desencadeia daí para frente no cérebro não é mais causalmente relevante para a ocorrência da percepção. Temos então o evento *D*, o último evento causalmente relevante para a produção da percepção. Eu pergunto, novamente, há algum motivo para pensarmos que o objeto que está lá emitindo uma descarga elétrica no evento *D* tem de ser o objeto da minha percepção, haja vista a proximidade causal entre os eventos *D* e *P*? Agora a resposta

óbvia é que não. Aliás, se fosse assim, seria de se esperar que as nossas percepções fossem o tempo todo de coisas que acontecem ou que há no cérebro. Mas este, nem de longe, é o caso. Assim, podemos dizer que a proximidade causal não é relevante para determinarmos qual é o objeto da percepção. Por contraposição, a distância causal também não é. Haver ou não uma distância causal entre os eventos *A* e *P* é irrelevante para se o objeto da percepção é ou não o objeto que, em *A*, atua sobre os sentidos.

Talvez haja mais uma razão, associada à que discutimos acima, para o filósofo da teoria causal ter feito o deslocamento do objeto da percepção, ter dito que ele não é o objeto que atua sobre os sentidos, mas sim algo diferente dele, os dados dos sentidos. Seu raciocínio poderia ser o seguinte: “de fato, a percepção não pode ter por objeto algo tão distante dela, como o objeto que atua sobre os sentidos. Deve ser algo mais próximo. O que há de mais próximo na série causal que culmina com a percepção são os eventos fisiológicos. Então devemos acomodar os dados dos sentidos em algum lugar do cérebro. A natureza destes dados dos sentidos deve estar intimamente relacionada com os eventos fisiológicos do cérebro, haja vista que estes são imprescindíveis para a ocorrência da percepção. Claro que não temos de esperar que haja dados dos sentidos ou qualidades espalhadas pelo cérebro, nem que os dados dos sentidos que nos aparecem têm de ser os neurônios ou os processos cerebrais. A única coisa que temos de dizer, ao relacionar tão intimamente a natureza dos dados dos sentidos com os eventos fisiológicos do cérebro, é que a explicação de por que os dados dos sentidos são como são e a explicação de por que eles aparecem quando aparecem se dará em termos da fisiologia do cérebro. Agora, como isto será feito é algo que me escapa, e que só a ciência poderá nos dizer”, conclui o filósofo da teoria causal. Assim, a razão extra para o filósofo da teoria causal pensar que o objeto da percepção tem de ser algo mais próximo da percepção é a sua adesão àquela teoria redutiva da percepção, da qual falamos no início do texto.

Mas é fácil ver que esta razão extra também não é suficiente e é até mesmo irrelevante para estabelecer a idéia de que o objeto da percepção não pode ser o objeto que atua sobre os sentidos. A idéia do filósofo

da teoria causal é que acomodando os dados dos sentidos no cérebro, sua teoria ficaria mais em acordo com a científica teoria reducionista da percepção. Mas o fato é que não fica nem mais nem menos em acordo. Já falamos que, até o momento, não há idéia de como correlacionar a experiência perceptiva com processos fisiológicos, independentemente de quais entidades da experiência perceptiva nós estamos privilegiando, se as qualidades, as parencas ou os objetos. E a dificuldade não está apenas em como correlacionar os objetos da percepção, quaisquer que sejam eles, com processos fisiológicos, mas também, e principalmente, em como correlacionar o próprio ato perceptivo. O ato perceptivo envolve a idéia de um sujeito com a capacidade de se referir, envolve a idéia de intencionalidade. Quando digo que estou vendo *x*, estou dizendo, entre outras coisas, que eu estou consciente de *x*, que a minha atenção está dirigida a *x*. E o fato é que nós não temos idéia, até o momento, de como essa capacidade que temos de se referir poderá ser correlacionada ou reduzida aos processos físicos e ou fisiológicos. Dizer, então, que os objetos da percepção são os dados dos sentidos e que a sua natureza está intimamente relacionada com os processos cerebrais em nada facilita ou ajuda a teoria reducionista da percepção em resolver o seu problema de como explicar a experiência perceptiva como um todo nos termos da física e da fisiologia. Primeiro, porque não é nem mais nem menos certo que as qualidades são mais ou menos redutíveis aos processos fisiológicos que as parencas ou os objetos que atuam sobre os sentidos, se é que algumas destas entidades são mesmo susceptíveis a esta redução. Segundo, porque qualquer que seja a entidade que escolhermos como sendo o objeto da percepção, não teremos em nada diminuído a dificuldade de como explicar, em termos fisiológicos, o componente intencional da percepção. Resta também notar que nada há de contrário a esta científica teoria reducionista da percepção dizer que, embora possamos encontrar uma base fisiológica para a intencionalidade, o objeto da percepção poderá continuar sendo, em muitas ocasiões, o objeto real e exterior que atua sobre os nossos sentidos. Ou seja, nós podemos encontrar os processos fisiológicos responsáveis pela nossa capacidade de referir, mas aquilo a que nos referimos, seja na percepção, seja em pensamento, pode muito bem ser algo externo ao nosso cérebro. E é

até mais sensato que seja este o caso. Se pensarmos, ao contrário, que todos as entidades que são dadas na percepção são, de alguma maneira, redutíveis a processos fisiológicos, então o que diremos dos processos fisiológicos e dos neurônios que podemos perceber? Diremos que eles são redutíveis a eles mesmos? Isto não faz sentido. Reduzir uma ontologia à outra só faz sentido na suposição de que esta última tenha mais realidade que a primeira. Assim, quando alguém diz que os objetos da percepção têm de ser reduzidos aos objetos da física e ou da fisiologia, está supondo haver mais realidade nestes últimos do que nos primeiros. Mas, se encontramos estes últimos entre os primeiros, e, de fato, os encontramos quando percebemos objetos da fisiologia, então este objeto percebido é tão real quanto os objetos da fisiologia.

Vemos deste modo, que nem a distância causal entre os eventos *A* e *P*, nem a adesão à teoria reducionista da percepção são razões suficientes para estabelecer que os objetos da percepção são os dados dos sentidos, entidades cuja natureza está intimamente relacionada aos processos fisiológicos do cérebro.

A distância causal entre *A* e *P* não é empecilho para que o objeto da percepção possa ser, como muito freqüentemente é, o objeto exterior que atua sobre os sentidos. Quem não percebe isto está, certamente, deixando-se enganar pela idéia de que tudo o que temos a dizer para explicar a percepção é enunciar a série de eventos causalmente relacionados que culmina com a ocorrência da própria percepção. Mas esta é apenas parte da explicação. A outra parte da explicação está na capacidade que nós temos de lidar, na percepção, com objetos que estão distantes causalmente da ocorrência da percepção. Atribuir este poder à percepção é, além disso, a única maneira que temos de dar sentido a todo esse conhecimento que temos do quanto a percepção é dependente da ocorrência de certos eventos físicos e fisiológicos, ao conhecimento que temos da série de eventos que culmina com a ocorrência da própria percepção. Nós sabemos que há objetos atuando sobre os nossos sentidos, que coisas acontecem no nosso cérebro porque a percepção tem a capacidade de se referir, de lidar com objetos que estão causalmente distantes da sua ocorrência. Claro que a série de eventos de *A* até *P* é causalmente responsável também por aquilo a que vamos nos referir na percepção.

por aquilo que nos é dado na percepção. A percepção não é livre como o pensamento, que lida com aquilo que lhe aprouber. Alterando-se a série de eventos, alteramos aquilo que nos é dado na percepção. Se não é uma árvore que atua sobre os meus sentidos, mas sim um pássaro, então o que se apresenta para mim na percepção não é uma árvore, mas sim um pássaro. Os eventos físicos causalmente responsáveis pela percepção estão intimamente relacionados com esta capacidade da percepção em lidar com objetos que atuam sobre os sentidos. No entanto, e este é o ponto, estes eventos físicos não implicam que a percepção não tem a capacidade de lidar com o que está causalmente distante da sua ocorrência. Assim, podemos concluir que, a partir do fato empírico de que a ocorrência da percepção depende da ocorrência de certos eventos físicos e fisiológicos, não podemos extrair a teoria causal da percepção defendida por alguns filósofos e muito menos o ceticismo que daí decorre. A partir deste fato, não há razão para pensar que há uma cisão entre o mundo percebido e o mundo real.

Contudo, alguns filósofos afirmam que não precisam do fato de haver uma distância causal entre o objeto que atua sobre os sentidos e a ocorrência da percepção para chegar à teoria causal da percepção, para concluir que lidamos na percepção apenas com os tais dados dos sentidos. Estes filósofos argumentam da seguinte maneira. Imaginemos duas séries diferentes de eventos. A primeira série é: *A* que causa *B*, que causa *C*, que causa *D*, que causa *P*. A segunda série é: *X* que causa *B*, que causa *C*, que causa *D*, que causa *P*. As séries diferem apenas pelo primeiro evento, o evento que diz respeito àquilo que atua sobre os sentidos. Depois daí, tudo continua igual, inclusive a percepção que temos. Os eventos de *B* a *C* dizem respeito a coisas que ocorrem no cérebro. Se, de fato é possível haver, prossegue o filósofo da teoria causal, essas duas séries de eventos, então teremos provado que o primeiro evento de ambas as séries é irrelevante para a determinação da percepção que temos em *P*, que os únicos eventos relevantes para determinar a percepção que temos, o que nos é dado na percepção, são os eventos de *B* a *D*. Como estes eventos dizem respeito a processos que ocorrem no cérebro, podemos dizer com confiança que a percepção, inclusive o seu objeto, têm a ver com coisas que acontecem apenas no cérebro. O que

nós percebemos, concluem estes filósofos, são os dados dos sentidos, entidades cuja natureza está intimamente relacionada aos processos fisiológicos do cérebro. Cientistas dizem que a possibilidade de haver estas duas séries de eventos é bem real. É perfeitamente possível, em teoria, extrair o sistema nervoso central de um indivíduo, colocá-lo numa cuba que lhe supra com os nutrientes necessários e que estimule, por meio de um super computador, os terminais nervosos deste sistema de forma que ele tenha as mesmas percepções que teria se ele estivesse ligado ao seu corpo. O fato, dizem os cientistas, é que nós podemos, por meios diversos, produzir os mesmos estímulos nos terminais nervosos, provocando, então, as mesmas reações no cérebro a partir de causas diferentes. Conquanto seja possível este cenário, é ele prova contundente de que, em qualquer ocasião, o que nós percebemos tem de ser os tais dados dos sentidos? Não me parece que seja este o caso. Vejamos o argumento com maiores detalhes.

Suponhamos que o evento *P*, em ambas as séries, seja a percepção de uma árvore. Na primeira série, temos uma árvore real atuando sobre os nossos sentidos, na segunda, estímulos elétricos coordenados por um computador. Temos de tomar o cuidado para não tomarmos esta percepção da árvore como tendo a mesma natureza, isto é, que o conteúdo desta percepção tenha a mesma natureza em ambas as séries. Que o conteúdo destas percepções seja o mesmo e tenha a mesma natureza em ambas as percepções é o que o argumento tenta provar. Não podemos, portanto, tomar como premissa a própria conclusão. Ambas as percepções são a mesma apenas no sentido de que elas *aparecem* para nós como sendo a mesma. Não há diferença qualitativa entre uma e outra percepção da árvore. O argumento visa, então, estabelecer que a única explicação que temos para este fato, para o fato de a percepção da árvore parecer ser a mesma em ambos os casos, é que i) o conteúdo de ambas as percepções tem a mesma natureza e que ii) a natureza deste conteúdo é tal que ele não diz respeito ao que atua sobre os sentidos, mas à algo que está intimamente relacionado à natureza dos processos fisiológicos do cérebro. Se o que percebemos, argumentam os filósofos da teoria causal, fosse o objeto que atua sobre os sentidos, então, no segundo caso, não perceberíamos uma árvore, mas sim, um computador. Como não percebemos o

computador, mas sim uma árvore, então, neste caso, o que percebemos não se trata do objeto que atua sobre os sentidos. Esta árvore percebida é uma árvore ilusória, uma árvore cuja natureza está intimamente relacionada à natureza dos processos fisiológicos do cérebro. Ora, é de se esperar, então, que a outra árvore percebida, ainda que tendo por causa uma árvore real, tenha a mesma natureza daquela árvore anterior, do contrário, como poderíamos explicar o fato de uma ser indistinguível da outra? Ou, então, por que esperaríamos que, num caso, aquilo que percebemos tem uma natureza intimamente relacionada à natureza dos processos fisiológicos e, no outro caso, diz respeito ao próprio objeto que atua sobre os sentidos? O mais natural é pensar que, em qualquer situação, a percepção lida apenas com um tipo de entidade.

Por mais forte que este argumento pareça ser, ele não é conclusivo. Além disso, há razões para pensar que a sua conclusão não pode ser coerentemente extraída das suas premissas. Vejamos uma coisa de cada vez. Nada há de absurdo em pensar que, no caso em que a percepção da árvore é causada pela atuação da árvore sobre os nossos sentidos, a árvore percebida é exatamente a árvore que atua sobre os nossos sentidos. O fato de termos de reconhecer que, na outra situação, a árvore percebida não é uma árvore real e que, talvez, esta árvore percebida tenha uma natureza intimamente relacionada à natureza dos processos fisiológicos não implica que o conteúdo de todas as nossas percepções tenha este mesmo tipo de natureza. Nem o fato de não podermos distinguir uma percepção da outra implica tal coisa. Este fato é de ordem epistêmica, diz respeito à nossa capacidade ou não de reconhecer uma diferença entre duas entidades, enquanto o fato de se ambas percepções são diferentes ou não é um fato ontológico, diz respeito à natureza destas percepções. Tentar extrair este último fato do primeiro não é legítimo. Com efeito, nada há de absurdo em pensar que estas duas percepções tenham naturezas diversas, embora elas aparentem ser idênticas.

A hipótese, portanto, de que possamos ser cérebros numa cuba não implica que nenhuma de nossas percepções possa ser uma percepção do objeto que atua sobre os sentidos. Implica apenas que, *enquanto somos cérebros numa cuba*, não estamos percebendo os objetos que atuam sobre os nossos sentidos e que, nesta situação, o que percebemos talvez

tenha uma natureza intimamente relacionada à natureza dos processos fisiológicos. Mas isto não implica que, *enquanto não somos cérebro numa cuba*, não podemos perceber os objetos que atuam sobre os nossos sentidos. Os eventos *A* e *X* podem ser, afinal, relevantes para a determinação do que percebemos; no primeiro caso, o evento *A* pode contribuir para determinar que aquilo que percebemos é o objeto que está atuando sobre os sentidos, no segundo, para determinar que aquilo que percebemos tem uma natureza intimamente relacionada à natureza dos processos fisiológicos. Causas diversas podem fazer com que a natureza das percepções também seja diversa.

O filósofo da teoria causal irá me dizer que, por enquanto, eu apenas disse o que pode ser o caso e que o que eu digo que pode ser o caso não tem mais direito de ser o caso do que aquilo que ele diz ser o caso. Ele está certo. Além disso, ele poderá me dizer que forneceu razões para pensarmos que o que ele diz que pode ser o caso é o caso, enquanto que eu não dei nenhuma. Ele poderá argumentar, por exemplo, que a sua explicação da percepção é muito mais econômica na sua ontologia, ao pressupor que todas as percepções têm a mesma natureza. A minha explicação não. Na minha explicação, temos dois tipos de percepções, as percepções que têm por conteúdo os próprios objetos que lhe deram origem, ao atuar sobre os nossos sentidos, e percepções cujo conteúdo está intimamente relacionado à natureza dos processos fisiológicos. Sendo assim, dirá o filósofo da teoria causal, a sua explicação é preferível a minha.

Eu penso, no entanto, haver fortes razões para pensarmos que há os dois tipos de percepções ou, pelo menos, que há percepções de objetos que atuam sobre os nossos sentidos. Penso, aliás, que não há como dar sentido à hipótese de que somos cérebros numa cuba sem pressupor que algumas de nossas percepções podem ser percepções de objetos que atuam sobre os sentidos. Imaginemos por um instante o contrário, que percebemos apenas os tais dados dos sentidos. Perguntemo-nos agora se, nesta situação, podemos pensar que somos cérebros numa cuba. Não vejo como poderíamos. O que tem de ser o caso para que possamos ser cérebros numa cuba? Em primeiro lugar, temos de ter um cérebro, uma cuba e um computador que enviará sinais elétricos aos terminais nervo-

sos do cérebro encubado. Assim, o cérebro, a cuba e o computador têm de ser objetos reais para que possamos ser cérebros numa cuba. Tem de ser verdade, além disso, muitas das coisas que dizemos sobre estes objetos; por exemplo, que não podemos ter as percepções que temos sem a ocorrência de certos fenômenos fisiológicos, que os cérebros são constituídos por neurônios, que os neurônios são sensíveis a estímulos elétricos, que computadores funcionam a base de eletricidade etc. Tudo isso tem de ser verdade para que possamos ser cérebros numa cuba. Todavia, quando falamos de cérebros, cubas e computadores, estamos falando de objetos que percebemos. Além disso, muito do que sabemos destes objetos viemos a sabê-lo por meio da percepção. Sabemos, por exemplo, quais são os terminais nervosos do cérebro pela visão. O mesmo podemos dizer dos contornos do computador e da cuba. Se retirássemos da concepção que temos destes objetos tudo o que sabemos a respeito deles por meio da percepção, quase nada restaria. Não teríamos nem mesmo objetos com contornos delimitados. Não poderíamos mais, com uma concepção tão austera destes objetos, falar de um objeto, o cérebro, sendo acoplado com um outro, a cuba, para então entrar em relações causais com um terceiro, o computador. Só podemos falar e pensar tais coisas estando de posse de uma concepção mais completa e determinada destes objetos. Temos de poder pensar ao menos em seus contornos para podermos pensar num objeto sendo acoplado com um outro. Todavia, só podemos adicionar à concepção que temos destes objetos as propriedades de forma e contorno se não subtrairmos desta concepção o que viemos a saber destes objetos por meio da percepção. O fato é que apenas pela percepção podemos saber se tais objetos têm essas propriedades. Se subtrássemos da concepção destes objetos tudo o que viemos a saber deles por meio da percepção, então jamais poderíamos vir a ter a concepção deles necessária para pensarmos na situação em que somos cérebros numa cuba. Assim, só podemos ser cérebros numa cuba se cubas, cérebros e computadores são reais tais como os percebemos, tendo, ao menos, as dimensões e os contornos e as propriedades que os percebemos ter. Contudo, se as nossas percepções são percepções de objetos cuja natureza está intimamente relacionada à natureza de processos fisiológicos, então tudo isto que dizemos a respeito

dos cérebros, cubas e computadores com base na percepção não pode ser uma verdade sobre a realidade. Nesta situação, os cérebros, as cubas e os computadores percebidos são, na verdade, processos fisiológicos. Mas se é assim, então o pensamento de que podemos ser cérebros numa cuba não diz respeito a uma situação em que podemos, de fato, ser cérebros numa cuba, mas sim a uma situação que diz respeito a uma certa configuração fisiológica do nosso cérebro. Assim, só podemos pensar coerentemente que podemos ser cérebros numa cuba se não é verdade que todas as nossas percepções são necessariamente percepções de objetos cuja natureza está intimamente relacionada à natureza dos processos fisiológicos. Para podermos ser cérebros numa cuba, o que percebemos e pensamos ser cubas, cérebros e computadores tem de poder ser real tal como o percebemos e pensamos ser, o que só é possível se não há essa ligação intrínseca entre o conteúdo do que percebemos e a natureza dos processos fisiológicos.

O filósofo da teoria causal não pode, deste modo, usar o cenário do cérebro numa cuba para chegar à sua conclusão de que não percebemos, em nenhuma situação, objetos reais. Ele até pode manter-se preso a esta conclusão, mas não pode mais valer-se das premissas que ele supunha sustentá-la. A sua teoria sobre a percepção perde, assim, a razão de ser. Por outro lado, se consideramos que é mesmo possível sermos cérebros numa cuba, o que é verdade, se há cérebros, cubas e computadores e se tais objetos são como nós dizemos que eles são pela percepção e pela ciência, então não é verdade que todas as nossas percepções são necessariamente percepções de objetos cuja natureza está intimamente relacionada à natureza dos processos fisiológicos do cérebro. Algumas de nossas percepções de cérebros, cubas e computadores, enquanto não somos cérebros numa cuba, podem ser percepções de cérebros, cubas e computadores reais.

É preciso deixar claro agora a relação que estas reflexões têm com o problema cético da realidade exterior. Nós chegamos à conclusão de que não temos como sustentar a tese de que nenhuma de nossas percepções são percepções de objetos reais a partir do fato de haver uma distância causal entre a atuação de um objeto sobre os nossos sentidos e a percepção que temos e do fato de que uma “mesma” percepção possa ser

produzida por causas diversas. Concluimos também que se é verdade que tais fatos são fatos do mundo, então algumas de nossas percepções podem ser percepções de objetos reais. O problema é que isto não é suficiente para afastar as preocupações céticas. Garantimos apenas, com as nossas reflexões, que podemos ter percepções de objetos reais e que certamente as temos se os fatos referidos acima são fatos da realidade. Mas o cético está completamente legitimado em argumentar que, embora possamos ter percepções verídicas, percepções de objetos reais, não podemos, no entanto, distingui-las das percepções ilusórias, aquelas percepções cuja natureza está intimamente relacionada à natureza dos processos fisiológicos do cérebro. O cético pode dizer: “concedo-lhe que, enquanto *não* somos cérebros numa cuba, podemos perceber o que está atuando sobre os nossos sentidos e que, enquanto somos cérebro numa cuba, percebemos apenas objetos cuja natureza está intimamente relacionada à natureza dos processos fisiológicos. Como, no entanto, ambas as percepções são indistinguíveis, não podemos saber se somos cérebros numa cuba ou não, por conseguinte, dada uma percepção qualquer, não podemos saber se ela se trata de uma percepção verídica ou de uma percepção ilusória”. Eu concordo com o cético. Mostrar que nem todas as nossas percepções são percepções de objetos cuja natureza está intimamente relacionada à natureza dos processos fisiológicos não é suficiente para afastar as preocupações céticas, embora, eu penso, seja um passo necessário.

Bibliografia

- Locke, J. *Ensaio Acerca do Entendimento*. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1988 (Coleção Os Pensadores).
- Sacks, O. *Um antropólogo em Marte: sete histórias paradoxais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

erosmc@yahoo.com
erosmc@terra.com.br